

O processo de criação do Programa de Promoção de Acessibilidade da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Adriano Henrique Nuernberg*

Resumo:

A inclusão de alunos com deficiência no contexto do ensino superior exige um trabalho coletivo de superação de barreiras informacionais, comunicacionais, pedagógicas, instrumentais, metodológicas e atitudinais, cuja presença leva a desvantagens significativas na apropriação do conhecimento e na formação profissional destes acadêmicos. Neste trabalho, é relatada uma experiência de intervenção que permitiu a alunos com deficiência melhores condições de acesso ao conhecimento e de estabelecimento de trocas sociais no ambiente universitário. Desenvolvida numa universidade privada de Santa Catarina, essa experiência resultou no aprimoramento da capacidade de inclusão de alunos com deficiência, mais precisamente dez pessoas cegas e/ou com baixa visão, cinco pessoas com surdez, três pessoas com deficiência física e duas com mobilidade reduzida. Os resultados apontam para importância do investimento institucional na acessibilidade, como forma de promover a consolidação da cultura inclusiva no contexto do ensino superior.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Acesso livre aos deficientes. Ensino superior.

* Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

The Process to Create the Accessibility Promotion Program at the University of Southern Santa Catarina (UNISUL)

Abstract:

The inclusion of special needs students in higher education demands collective work to overcome informational, communication, pedagogical, instrumental, methodological and attitudinal barriers, which lead to significant disadvantages in the appropriation of knowledge by and professional training of these students. This study presents the experience of an intervention that provided special needs students better conditions to access knowledge and realize social exchanges in the university environment. Undertaken at a private university in Santa Catarina, the experiment has resulted in an improved capacity for inclusion of students with disabilities, more precisely ten people who are blind or have poor vision, five people with hearing impairments, three people with physical disabilities and two with reduced mobility. The results indicate the importance of institutional investment in accessibility, to promote the consolidation of an inclusionary culture in higher education.

Key words: Inclusive education. Free access for the disabled. Higher education.

Introdução

O acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior é uma realidade relativamente recente, em razão das inúmeras barreiras que nelas incidem desde os primeiros anos de sua escolarização. Dados do Censo Superior do INEP (BRASIL, 2006), ainda que sejam pouco animadores, apontam para um sensível crescimento da presença destas pessoas nas universidades, demandando a transformação das instituições na direção da criação de condições igualitárias para a apropriação do conhecimento e formação profissional.

No conjunto dos dados do MEC, chama a atenção o fato das matrículas de pessoas com deficiências se concentrarem em sua maioria nas instituições privadas, sendo a maior parte delas possuindo deficiências físicas e sensoriais. Isso se deve aos diversos obstáculos que o sistema escolar impõe a esse grupo social, especialmente aos educandos com deficiência mental, além da falta de acessibilidade e do alto grau competitivo dos vestibulares das universidades públicas. Não obstante, é preocupante o fato de apenas uma parcela ínfima das pessoas com deficiência alcançarem o ensino superior (5.392 pessoas ao todo em 2006), considerando que seu contingente constitui 14,5% da população brasileira (IBGE, 2000).

Neste trabalho, relato uma experiência de inclusão na qual estive à frente, onde essa realidade se expressou através de uma resposta institucional às demandas desencadeadas pela presença de alunos com deficiência em uma organização de ensino superior. De abril de 2004 a julho de 2006 coordenei o Programa de Promoção da Acessibilidade da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), criado para superar as barreiras arquitetônicas, educacionais, metodológicas e atitudinais que alunos com deficiência enfrentam em seu cotidiano estudantil.

Nesse período, em parceria com diversos setores da universidade, destacando-se a Biblioteca Universitária e a Gerência de Ensino e Pesquisa desta universidade, desenvolvi uma série de ações que visavam garantir aos alunos com deficiência condições igualitárias de acesso ao conhecimento. Busco aqui descrever tais ações e tornar visível a relevância do conhecimento científico da psicologia para a educação inclusiva no âmbito do ensino superior, visando contribuir para difusão de conceitos e práticas que alarguem ainda mais os horizontes de luta contra a exclusão das pessoas com deficiência na educação.

Histórico do Programa de Promoção da Acessibilidade

A UNISUL é uma universidade com diversos *campi* distribuídos pelo sul e litoral do Estado de Santa Catarina, dentre eles o *campus* Grande Florianópolis, onde trabalhei como professor e pesquisador na área da psicologia e educação inclusiva, de 2000 a 2006. A primeira matrícula de alunos com deficiência nesse campus da universidade foi feita em 2001, por parte de um aluno com cegueira congênita, no curso de Jornalismo. Logo, no ano seguinte, um novo aluno cego matriculou-se no curso de Direito, até que em 2004 mais três alunos com a mesma deficiência ingressaram na universidade, além de um aluno surdo, no curso de Engenharia Civil.

Até 2004, as formas de atendimento aos alunos com deficiência eram feitas de modo isolado e se restringiam ao atendimento parcial das necessidades informacionais dos dois primeiros alunos cegos, junto à Biblioteca Universitária. Basicamente, eram fornecidos os textos de leitura obrigatória em formatos digitais, sem uma sistemática de controle e organização de acervo.

A necessidade de aprimoramento destas atividades e o aparecimento de uma realidade nova à direção da universidade, a saber, a solicitação de um intérprete em Língua Brasileira de Sinais por parte do aluno surdo da Engenharia Civil, levou à convocação de diferentes setores da instituição para uma série de reuniões visando o encaminhamento destas questões. Como resultado, deliberou-se pela criação do Programa de Promoção da Acessibilidade, responsável pelo gerenciamento das necessidades arquitetônicas, informacionais e comunicacionais dos alunos com deficiência do *campus*. Enquanto participante ativo destas reuniões, fui designado como coordenador deste programa, onde permaneci até julho de 2006, acumulando o cargo com minhas funções docentes.

Ciente das exigências da portaria 3.284 do MEC, de 7 de novembro de 2003, que explicita os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior, o primeiro passo foi criar uma equipe de trabalho que atuasse nas diferentes frentes de ação previstas na legislação. Para tanto, foi necessário ampliar o número de profissionais e estagiários envolvidos, maximizando a estrutura disponível e sistematizando as ações por meio da divisão de tarefas.

À medida que o programa foi se consolidando e as necessidades informacionais e comunicacionais dos alunos foram sendo cada vez melhor

atendidas, fomos ganhando não só reconhecimento dos alunos, coordenadores de curso e da direção da universidade, mas também da comunidade regional, especialmente por parte das fundações e associações de pessoas com deficiência, que passaram a indicar a universidade como um contexto inclusivo.¹ Uma evidência concreta desse fato foi o aumento significativo do número de alunos com deficiência, que chegou em julho de 2006 a um total de dez pessoas cegas e/ou com baixa visão, cinco pessoas com surdez, três pessoas com deficiência física e duas com mobilidade reduzida.

A atividade de maior investimento, desde a criação do programa, foi a de atenção às necessidades informacionais de alunos com cegueira e baixa visão. Sempre houve um empenho grande da biblioteca² na conversão dos materiais bibliográficos utilizados pelos alunos com deficiência, trabalho realizado por uma equipe de seis estagiários remunerados, oriundos de diferentes cursos da área de saúde, que digitalizam os textos impressos em tinta. O acervo do programa chegou em 2006 a um contingente de mais de 2000 referências bibliográficas produzidas em formato acessível, entre materiais digitalizados, ampliados e impressos em Braille, de maneira que atingimos a meta de acesso a todos os materiais que os alunos precisavam para o bom desempenho em suas aulas e avaliações. Além disso, tais materiais foram organizados através de um programa de computador especialmente construído para gerenciar este tipo de referências digitalizadas, facilitando o controle do acervo e a melhoria do acesso dos textos aos usuários com deficiência visual.³

A contratação pela universidade de duas intérpretes em Língua de Sinais Brasileira⁴ (LIBRAS) também foi uma conquista importante para superação das barreiras comunicacionais presentes nas relações entre surdos e ouvintes no ambiente acadêmico. Atuando nas aulas e eventos acadêmicos, as intérpretes permitiram aos alunos surdos usuários da LIBRAS maiores condições de elaboração conceitual, já que as rupturas comunicacionais a que eram submetidos tornaram-se menores diante desse recurso.

Já com relação aos surdos oralizados, que possuem uma condição bastante particular no universo da surdez, pelo fato de não dominarem a LIBRAS e/ou preferirem os recursos da oralização, centramos esforços na orientação docente. Para tanto, algumas adaptações nas práticas pedagógicas e nas avaliações escritas foram sugeridas aos docentes, possibilitando um melhor acompanhamento dos alunos surdos em relação às trocas comunicativas entabuladas em sala de aula.

Aos poucos, outras ações foram sendo desencadeadas, a partir da identificação de necessidades que os alunos com deficiência expressavam, como as de orientação e mobilidade, observada entre os alunos com deficiência visual. A cada semestre foram proporcionadas sessões de apoio em mobilidade para os alunos com deficiência visual, visando garantir maior autonomia destes no deslocamento pelos diferentes setores do *campus*. Assim, profissionais especializados e estagiários capacitados atuavam junto aos alunos com deficiência visual fornecendo instruções voltadas à criação de pistas auditivas, cinestésicas e táteis que favorecem o maior domínio sobre o ambiente no deslocamento físico por ele.

Ao mesmo tempo, foi necessário empreender esforços junto aos docentes, que apresentavam dificuldades de considerar as necessidades dos alunos com surdez e deficiência visual no planejamento de suas atividades e na coordenação das aulas. As primeiras semanas de aula eram dedicadas à realização de encontros com os docentes, visando apoiá-los e instruí-los quanto às mudanças em torno da acessibilidade metodológica e conceitual e quanto ao auxílio aos intérpretes em língua de sinais. Além disso, em tais encontros, foi fornecido um manual elaborado pelos membros do programa com explicações básicas para a melhoria das condições de acesso ao conhecimento por parte de alunos com deficiência, visando garantir que os alunos surdos e cegos tivessem, desde o início da disciplina, o máximo de aproveitamento das aulas e avaliações.

O investimento em tecnologias assistivas⁵ foi um elemento fundamental para criação de condições de acesso ao conhecimento, sobretudo para os alunos com deficiência visual. Visando garantir a autonomia dos alunos cegos na realização de suas anotações de aula e nas avaliações, instalamos computadores em suas salas, nos quais haviam programas que convertiam o conteúdo da tela em voz. Isso permitiu que os alunos cegos dispensassem a ajuda de leitores, uma vez que poderiam utilizar meios digitais para leitura e escrita durante as aulas.

Outra das estratégias que desenvolvemos para os alunos com deficiência visual foi o trabalho de confecção de materiais pedagógicos, com matérias-primas diversas (massinha, plásticos re-utilizados, EVA, etc.), visando substituir as imagens visuais que os professores utilizam em suas aulas para o ensino de conceitos científicos. Trata-se de uma ação voltada a garantir a maior compreensão dos conceitos que se pautam na experiência visual, que exigiu uma atitude de investigação científica exploratória. Nesse sentido, noções de elaboração conceitual conforme a psicologia histórico-cultural, o trabalho

criativo das estagiárias do curso de psicologia,⁶ bem como o envolvimento ativo dos alunos com deficiência, foram fundamentais para se promover a maior eficácia pedagógica dos materiais produzidos.

O conhecimento produzido nessas oportunidades serviu de base para assessoria que o programa realizou junto ao setor da universidade que atua com a modalidade de ensino à distância, onde haviam mais três alunos com deficiência visual. Além de uma avaliação do ambiente virtual de ensino da UNISUL Virtual, visando construir alternativas de acessibilidade nesse contexto, ajudamos a construir um núcleo de acessibilidade responsável pelas adaptações de materiais impressos, permitindo um incremento nas condições de aprendizagem dos alunos cegos.

Paralelamente a essas atividades, com o apoio de um estagiário do curso de arquitetura,⁷ iniciamos um levantamento das principais necessidades de adaptação física dos espaços nas diferentes unidades do campus. Ao identificarmos barreiras arquitetônicas nas vias de circulação e nos ambientes acadêmicos, foi possível propor à diretoria do campus um relatório com as prioridades de adequação, à luz da NBR 9050 da ABNT, que normatiza as questões de acessibilidade física em nosso país. Como resultado, obtivemos em 2006 a instalação de elevadores em dois dos pontos onde haviam significativas barreiras físicas, que foram superadas em razão desses equipamentos.

Cumprir destacar que todas essas ações foram acompanhadas pelos alunos com deficiência, por meio de sua participação nas reuniões da equipe e nas trocas cotidianas entre os membros do Programa e seus usuários. Cada novo desafio contava com uma busca coletiva de alternativas e soluções, onde os acadêmicos com deficiência tinham a oportunidade de se expressar e partilhar do esforço de construir as melhorias de acessibilidade na universidade.

Também merece destaque o envolvimento dos estagiários do programa, que não só tiveram a oportunidade de aprimorarem algumas das competências que seus cursos formavam, como também, no convívio diário com as pessoas com deficiência, aprofundaram a reflexão sobre a diversidade da condição humana e sobre os desafios da inclusão. Nesse sentido, o programa de promoção da acessibilidade acabou se tornando um contexto de articulação do ensino com a extensão universitária, na medida em que coadunou ações de inclusão com a formação acadêmica.

A consolidação do programa de promoção da acessibilidade culminou com a elaboração de uma estratégia de ação na qual não cabia a um setor apenas a responsabilidade pelas questões de acessibilidade, mas a todos os setores da universidade. Assim, difundimos a consciência de que, por exemplo, a responsabilidade pelas questões de acessibilidade física, seria do Escritório Modelo de Arquitetura, tanto quanto as questões de acessibilidade informacional seriam uma competência da Biblioteca Universitária, bem como cabiam à Assistência Pedagógica os processos de acessibilidade metodológica e conceitual, uma vez que envolviam a formação docente. O salto qualitativo que resultava dessa mudança consistia numa estratégia mais eficaz para a transformação da cultura social e organizacional da universidade, de modo a contemplar a acessibilidade no conjunto dos valores de sua estrutura.

Inspirados pelo conceito de acessibilidade proposto por Romeu Sasaki (*apud* VIVARTA, 2003), re-elaboramos o modelo de atuação do programa, a partir da criação de parcerias com os diferentes setores da universidade, conforme o esquema abaixo:

Acessibilidade arquitetônica: referente às ações voltadas à eliminação das barreiras físicas do ambiente, sendo a Direção do campus e o Escritório modelo de arquitetura os parceiros para o planejamento e atuação do programa;

Acessibilidade comunicacional: referente às barreiras comunicacionais enfrentadas nas trocas sociais e sistemas comunicativos impressos ou digitais, constituindo-se como principais parceiros do programa a equipe de intérprete em LIBRAS e o Sistema de Informação e Comunicação do *campus*;

Acessibilidade Metodológica e Pedagógica: referente às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo formas de ensino e avaliação, cabendo à Assistência Pedagógica, em parceria com o Programa, o desenvolvimento de ações, junto aos docentes, focando em ações de formação continuada;

Acessibilidade instrumental: em parceria com a Assessoria de Informática da Universidade, com a qual se viabilizou a instalação e manutenção dos computadores dos alunos com deficiência visual, bem como os computadores em que são digitalizadas as bibliografias utilizadas por esses alunos;

Acessibilidade atitudinal: relativa às barreiras atitudinais, preconceitos e estereótipos que prejudicam a plena participação das pessoas com deficiência no contexto social.

Atualmente, o programa ainda preserva tais características e aprimora a filosofia que lhe proporcionou as diretrizes iniciais. A Biblioteca Universitária tem sido seu núcleo central, sendo a superação das barreiras informacionais o principal eixo de ações, também em razão da crescente demanda de materiais bibliográficos em formatos acessíveis, decorrente da maior presença de alunos cegos e com baixa visão na instituição.

Essa experiência tem sido referência para outras instituições de ensino superior da região, valorizando nosso empenho na criação e consolidação do Programa em seus anos iniciais. Aprendemos que incorporar o ensino superior ao debate da inclusão escolar contribui para alargar o horizonte político da luta pelos direitos humanos das pessoas com deficiência. As diferenças humanas oportunizam o enriquecimento das trocas sociais e, portanto, não devem ser tomadas como obstáculo à manutenção das rotinas e atividades institucionais, mas como oportunidade para o incremento de sua capacidade de inclusão social.

Notas

- 1 Dentre elas, é possível citar a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), localizada na cidade de São José (SC) e a Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), situada em Florianópolis. Ambas reconheceram publicamente este trabalho em eventos regionais na área de Educação Especial, atuando como parceiras do referido Programa. No contexto local, o reconhecimento expressou-se também através do prêmio “Empresa Cidadã”, com o qual a universidade foi agraciada em 2005, por meio da ADVB/SC, concorrendo com esse programa na categoria participação comunitária.
- 2 Cumpre destacar o empenho da bibliotecária Salete Cecília de Souza, atual coordenadora do Programa, na consolidação das ações de acessibilidade informacional do programa de promoção da acessibilidade da UNISUL.
- 3 Esse programa foi construído pelo funcionário da UNISUL, Márcio Trentin, na ocasião de seu trabalho de conclusão de curso.
- 4 Foram duas intérpretes contratadas como professoras de ensino superior (Ione Machado e Silvana Aguiar dos Santos), uma vez que até então não havia esse cargo na estrutura de recursos humanos da universidade.
- 5 Conforme Vivarta (2003, p. 25), “A Tecnologia Assistiva refere-se a todo e qualquer item, equipamento, produto ou sistema que contribua com o desenvolvimento das potencialidades de indivíduos com limitações físicas, sensoriais, cognitivas, motoras, dentre outras restrições ou disfunções que caracterizam uma deficiência ou incapacidade de qualquer natureza”.

Adriano Henrique Nuernberg

- 6 Dentre elas, Karina da Silva Pedro, Eliete Sergina de Souza Machado, Raquel Caron Mottin, Vanessa Tavares Wilke, Priscila Machado e Vanessa de Andrade Manoel.
- 7 Refiro ao aluno Marcelo Sandrini, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNI-SUL, campus Grande Florianópolis.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais. *Números da educação especial no Brasil*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2005.

VIVARTA, V. *Mídia e deficiência*. São Paulo: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003.

Adriano Henrique Nuernberg

Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Sala 212, Bloco-D
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.040-970 – Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
Fone: +55 (48) 3721-8609
E-mail: ned@cfh.ufsc.br

Recebido em: 15/9/2009
Aprovado em: 26/11/2009